

O CORTE QUE NÃO ESTANCA: IMAGENS, CARTOGRAFIAS COLONIAIS E RESISTÊNCIAS NA OBRA “AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA” DE EDUARDO GALEANO

José Rodrigues de Carvalho¹

Resumo

O presente artigo apresenta uma releitura geográfica da obra “As veias abertas da América Latina” de Eduardo Galeano. Trata-se de um estudo teórico bibliográfico no âmbito da geografia humana, por meio do qual objetivamos identificar e discutir a partir do texto, as estratégias coloniais, de colonialidade e resistências, apontadas pelo autor e as imagens (paisagens imaginárias e concretas), que o mesmo produz em sua forma narrativa sobre elas. Nessa investigação nos guiamos pela linha tênue entre literatura e “racionalidade hegemônica”, procurando perceber como a narrativa de Galeano contribui para ampliar a visão geográfica sobre a América Latina durante o período colonial e da colonialidade contemporânea. Nesse sentido procuramos estabelecer um diálogo entre geografia e literatura. Para isso estabelecemos diálogos com outros autores que também analisaram o sistema colonialista e suas territorialidades no continente e, a partir dessa interação fomos construindo uma interlocução com as epistemologias pós coloniais.

Palavras-chave: América Latina, colonialismo, colonialidade, resistência.

THE BLEEDING WILL NOT STOP: IMAGES, COLONIAL CARTOGRAPHY AND RESISTANCE IN THE BOOK “THE OPEN VEINS OF LATIN AMERICA” BY EDUARDO GALEANO

Abstract

This article presents a geographical re - reading of Eduardo Galeano “ The Open Veins of Latin America”. It is a theoretical bibliographic study within the scope of human geography, through which we aim to identify and discuss from the text, the colonial strategies, coloniality and resistance, pointed by the author and the images (imaginary and

¹ Doutorando em Geografia - Universidade Federal de Goiás/Instituto de Estudos Socioambientais/Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades. zecaupoeta@hotmail.com

concrete landscapes), which the same produces in its narrative form about them. In this investigation we are guided by the fine line between literature and "hegemonic rationality", trying to understand how the Galeano narrative contributes to broadening the geographical view about Latin America during the colonial period and contemporary coloniality. In this sense we seek to establish a dialogue between geography and literature. For this we established dialogues with other authors who also analyzed the colonial system and its territorialities in the continent and, from this interaction, we were building an interlocution with the post colonial epistemologies.

Key words: Latin America, colonialism, coloniality, resistance.

Introdução

A obra “As veias abertas da América Latina” do jornalista e escritor uruguaio Eduardo Hughes Galeano¹ pode ser considerada um marco na historiografia sobre a exploração colonial na América Latina. A obra se tornou um clássico da literatura entre a esquerda latino americana. Publicado inicialmente em 1971, em espanhol, e tendo obtido um sucesso imediato o livro foi traduzido para inúmeros idiomas, inclusive o português. Nele o autor, desprovido de uma intenção científica, fora da raia do conceito e da obrigação metodológica cartesiana, esboça de forma metafórica as realidades que muitas vezes escapolem dos diagramas dos formatos rígidos de escrita.

Na linha tênue entre literatura e “racionalidade hegemônica” procuramos aqui, promover um encontro entre Geografia e a Literatura procurando perceber como a narrativa de Galeano contribui para ampliar a visão geográfica da América Latina durante o período colonial e da colonialidade² contemporânea. Nesse sentido procuramos não fundi-las, mas estabelecer um diálogo entre elas. Para isso procuramos dialogar com outros autores que também analisaram o sistema colonialista e suas territorialidades na América Latina e, a partir dessa interação fomos construindo uma interlocução com as epistemologias pós coloniais.

Por entender que as narrativas literárias nos “permite enxergar, analisar, interpretar e compreender as densas experiências humanas como um dado espacial” (LIMA; CHAVEIRO, 2016, p. 52) e perceber territorialidades históricas, imaginárias, muitas vezes sobrepostas às suas correspondentes reais, propomos fazer uma leitura da geografia na obra do Escritor Eduardo Galeano, proposta que consiste em identificar e discutir a partir

do texto, as estratégias coloniais, de colonialidade e resistência, apontadas pelo autor e as

imagens (paisagens imaginárias e concretas) que o mesmo produz em sua forma narrativa sobre elas.

Ao adentrarmos na narrativa de “As veias abertas da América Latina” de Eduardo Galeano nos deparamos com um diagrama em que o autor evidencia as estratégias e ações do projeto colonial europeu se territorializando no espaço latino americano e as resistências. Observando a estrutura e a extensão da obra, identificamos que a mesma está organizada em duas partes.

A primeira parte apresenta o paradoxo em que a pobreza do homem é resultado da riqueza da terra. Nessa parte três momentos se encadeiam num sentido de causa e consequência, que estão expressos nos temas, trazendo a cartografia das primeiras explorações dos recursos minerais, o poder e a aliança entre religião e as estratégias belicosas, tendo como forte símbolo o signo da cruz nas empunhaduras das espadas. A segunda parte integra títulos cujo enfoque principal é o desenvolvimento econômico, com destaque para as estratégias neocoloniais para o continente a partir da Revolução Industrial e a estrutura do poder imperial sobre o espaço de integração latino americano contemporâneo com a participação dos Estados Unidos.

A primeira grande imagem que o autor nos apresenta é a da regionalização do espaço mundial a partir da Divisão Internacional do Trabalho, que ele esboça da seguinte

forma:

Há dois lados da Divisão Internacional do Trabalho: um em que alguns países especializaram-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em nossa garganta (GALEANO, 1994, p. 13).

Essa ilustração expõe nitidamente a construção da desigualdade entre as regiões do mundo, engendrada pelo ideal de “velho” e “novo mundo” nascido com a modernidade³. O “mundo novo” para Dussel (1993) provém do fato de que a América não foi conhecida até a pouco pelos europeus. Essa distinção segundo esse autor não é puramente externa, é também interna e construída com toda carga de inferiorização ao não europeu. Nessa perspectiva perseguiremos a questão colonial na América Latina expressa na obra em análise como um evento que vem se prolongando temporalmente, não talvez mais pelo

modus operandi inicial, mas por meio do que o autor pós colonial Aníbal Quijano (2005) denomina de colonialidade, materializada nos espaços estratégicos no interior do continente substanciado pela modernidade.

Modernidad y colonialidad son dimensiones interrelacionadas de una misma realidad. Na lógica da sua análise, “lo central de la propuesta teórica consiste en mostrar que América Latina, si bien tiene que estudiarse desde la perspectiva de la dependencia europea, la comprensión cabal pasa necesariamente por su conformación en la propia modernidade (QUIJANO, 1992 in NAVARRETE, 2014, p. 2).

Em sua narrativa Galeano não discute diretamente a modernidade sobre a América Latina, mas nas entrelinhas está implícito tanto o viés modernizante no projeto de dominação da América pela Europa, quanto as estratégias da colonialidade permanente após o advento da primeira fase do empreendimento colonial, por exemplo, quando menciona as elites nacionais que agem sempre contra os interesses dos compatriotas, favorecendo as ex metrópoles.

Feito essa contextualização mais geral, pretendemos – em função da constelação de subtemas abordados na obra em análise – direcionar nossa atenção para a exploração humana no espaço da produção agromineral, as expressões materiais e simbólicas de controle e dominação dos corpos e mentes colonizadas e, por fim, sobre as formas contemporâneas de domínio e espoliação da América Latina, interseccionando-os com as “novas” propostas de integração no contexto da globalização.

Quando Quijano (2005) afirma que para entender a colonialidade na América Latina é necessário compreender a modernidade, o mesmo quer dizer que a invenção e o “descobrimento” do “novo mundo” pelos europeus foram um projeto da modernidade, e que a modernidade só foi possível acontecer com a anexação de outras regiões e outros povos fora da Europa. Ou seja, que colonialidade e modernidade estão intimamente relacionadas.

Dussel (1993), compreendendo a modernidade de forma dialética lembra que ela não é um advento somente europeu como muitos autores afirmam, ela é, declara o autor, “um fato europeu, mas em posição dialética com o não europeu como conteúdo último de tal fenômeno”. Quando a Europa se afirmou como centro de uma história mundial, a mesma inaugurou junto a modernidade e tinha a periferia como parte de sua própria definição. Assim o autor explica o nascimento da modernidade:

O ano de 1492, segundo nossa tese central, é a data do “nascimento da Modernidade”; embora sua gestação – como feto – leve um tempo de crescimento intra-uterino. A Modernidade originou-se nas cidades medievais europeias, livres centros de criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pode se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pode se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da alteridade constitutiva da própria Modernidade (DUSSEL, 1993, p. 8).

Influenciados pela visão geopolítica que coloca a Europa como centro do mundo, muitos pensadores construíram suas teorias eurocêntricas, hoje consideradas por pensadores críticos como Galeano (1994) e Fanon (1968), como “razão do terror”, por justificar todo tipo de violência exterminadora contra os territórios e os povos da “periferia”, espaço esse onde está inserida a América Latina.

Já nas primeiras páginas de “Veias Abertas da América Latina”, Galeano (1994) ilustra o tratamento violento dispensado aos povos indígenas em regiões do Caribe, onde os europeus encontraram e pilharam muito ouro e prata.

Três anos depois do descobrimento, Cristóvão Colombo dirigiu pessoalmente a campanha militar contra os indígenas da Ilha Dominicana. Um punhado de cavaleiros, duzentos infantas e alguns cães especialmente adestrados para o ataque dizimaram os índios. Mais de quinhentos, enviados à Espanha, foram vendidos como escravos em Sevilha e morreram miseravelmente (GALEANO, 1994, p. 24).

Justificaram essas atrocidades as construções discursivas baseadas na ideia de raça que relegaram aos povos não europeus – conquistados e dominados - à inferioridade tanto biológicas quanto suas descobertas mentais e culturais, portanto, indignos de trato humano. De acordo com Quijano (2005), na relação entre europeu e os povos nativos das Américas a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a subjugação, da mesma forma que operou como critério para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade colonial. Raça⁴ é o modo básico de classificação social universal da população mundial no projeto moderno-colonial.

O ano de 1492, segundo Galeano (1994), marca além do “descobrimento” da América uma série de acontecimentos geopolíticos na Espanha, dentre eles, o mais significativo foi sua elevação como nação unificada após recuperar o território de Granada perdido há muitos séculos para os árabes muçulmanos. A Espanha, conforme o autor obteve essas reconquistas numa “guerra santa” de cristãos contra o islã, em que “foram levantadas espadas cujas empunhaduras desenhavam o sinal da cruz”. Nesse afã “a igreja não se fez de rogada para dar caráter sagrado à conquista de terras incógnitas do outro lado do mar”.

A conquista da América pode ser traduzida também pela expressão, cobiça pelos metais preciosos: ouro e prata. Relatos como o de Bartolomé de Las Casas, citados por Dussel (1993, p. 42), testemunham que a causa final por que os cristãos mataram e destruíram tantas e tais e tão infinito número de almas foi somente por terem

como seu fim último o ouro e se encher de riqueza em pouquíssimos dias. “A causa foi pela insaciável cobiça e ambição que tiveram”.

Galeano lembra que, diante da reação de alguns teólogos contra o massacre de indígenas, a coroa espanhola por meio da Igreja abençoou a escravização dos índios ao invés de proibi-lo. Por meio da leitura do documento denominado Requerimento, os indígenas eram obrigados a se converterem à santa fé católica nos seguintes termos:

Se não o fizerdes, ou se o fizerdes maliciosamente, com dilação, certifico-vos que, com a ajuda de Deus, agirei poderosamente contra vós e vos farei guerra da maneira que puder em todos os lugares, submetendo-vos ao jugo e à obediência da Igreja e de Sua Majestade, e tomarei vossas mulheres e vossos filhos e vos farei escravos e como tais sereis vendidos, dispondo de vós como Sua Majestade ordenar, e tomarei vossos bens e farei contra vós todos os males e danos que puder (...) (GALEANO, 1994, p. 18-19).

Esse era o teor da pedagogia das missões contra os nativos, um aparato de violência psicológica conjugado com as ações de extermínio físico dos povos conquistados. Nesse sistema o sacro poder e a instituição da coroa espanhola operam como forma de controle das mentes, docilização e aniquilamento dos corpos dos povos nativos. No horizonte dessa sangrenta conquista estava o “brilho dos tesouros do novo mundo”. Nos dizeres de Colombo “do ouro se faz tesouro, e com ele, quem o tem faz o que quiser no mundo e chega a levar almas ao Paraíso” (COLOMBO, 1494 in GALEANO, 1994, p. 19).

Das ações de controle e subjugação resultou que em 1519 a população das ilhas do Caribe deixou de pagar tributos, pois desapareceu.

Os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d’água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de arar trazidos da Espanha (GALEANO, 1994, p. 20).

O autor ao cartografar o etnocídio e o holocausto contra os povos não europeus no contexto do projeto do colonialismo, revela e dá voz a uma parte da história silenciada pelas vozes narradoras das ações da modernidade no “novo mundo”. Na opinião de Trouillot,

Numa ordem global caracterizada pela organização colonial do mundo, pela escravidão e pelo racismo, não havia oportunidade para dúvidas quanto à superioridade europeia e, portanto, acontecimentos que a pusessem em questão não eram concebíveis (TROUILLOT, 1995: 80-81 in LANDER, 2005, p. 16).

Desnudar as dobraduras das territorialidades que constituíram o espaço colonial é fundamental para compreender a atualidade desse processo na América Latina, que agora se apresenta com outras características, mas que trás na sua logica os velhos interesses.

Empreendimentos atuais como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia Brasileira é um exemplo de projetos que atendem os velhos interesses exógenos em detrimento da vida das populações indígenas tradicionais da região. Se em Potosí no século XVI foram exterminadas oito milhões de vida indígenas submetidos à escravidão nas minas de prata, atualmente o extermínio permanece quando milhares de famílias são arrancadas de suas terras e forçadas a perambularem pelas periferias das cidades, situação ilustrada no texto a seguir:

Otávio das Chagas, o pescador sem rio e sem letras, não consegue chegar em casa. Desde que ele e sua família foram expulsos de sua ilha pela hidrelétrica de Belo Monte, Otávio já está na terceira casa. Mas não consegue chegar. Porque para ele aquela terceira ainda não é uma casa. Como não era a primeira nem era a segunda. Sem casa, Otávio não tem mundo. Sem mundo, um homem não tem onde pisar. Os conhecidos avisam: você já viu, seu Otávio está encolhendo. E ele está, porque é isso o que acontece com os homens sem mundo (BRUM, 2016, p. 1).

Do mesmo modo que no passado os povos nativos - quando não exterminados - eram retirados de suas vidas e empurrados juntos com suas famílias para lugares insalubres, o projeto das estruturas da Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul – IIRSA, em pleno século XXI, ao construir rodovias e hidrelétricas para atender os interesses do mercado. O empreendedor - novo nome dado ao colonizador - se nega saber quem são os habitantes do lugar, desconhece em que se alicerça o modo de vida dessa gente e o que as águas, a terra e a floresta significam para elas, exemplo o sentido da casa para essas comunidades. As justificativas para tais projetos desterritorializantes na Amazônia evocam ainda o discurso da modernização. Argumenta-se que estão inserindo a região e seus povos no na era do progresso.

Nesse cenário a palavra dos nativos desgramatiza-se na brutalidade insana. Subjugados sob todo tipo de tortura, a dor para eles não é mais apenas um sofrimento a dilacerá-los. A dor tornou-se seus próprios corpos. E dentro dela o que pode se vislumbrar é o acaso e a morte.

Espanto, esperança e resistência

Como estratégia de controle dos corpos colonizados e estimulante para fazê-los produzir até o sopro da vida se exaurir, os espanhóis, segundo Galeano (1994) “estimularam intensamente o consumo de Coca entre os indígenas”, costume que já

existia entre os incas e era controlado pelo governo incaico. Diz Galeano que o tráfico da Coca se tornou um negócio esplêndido para os mercadores espanhóis.

No século XVI, em Potosí, gastava-se tanto em roupas europeias quanto em coca para os oprimidos. Em Cuzco, 400 mercadores espanhóis viviam do tráfico de coca; nas minas de prata de Potosí entravam anualmente 100 mil cestos com 1 milhão de quilos de folhas de coca. A igreja arrecadava impostos da droga [...] Com as escassas moedas que obtinham em troca do trabalho, os índios compravam folhas de coca em vez de comida: mastigando-as, podiam suportar melhor as mortais tarefas impostas, ainda que ao preço de abreviar a vida. Além da coca, os indígenas consumiam aguardente, e seus amos se queixavam da propagação de “vícios maléficos” (GALEANO, 1994, p. 60).

Apesar do violento processo de fragmentação das culturas autóctones, o regime de escravidão não conseguiu aniquilar todas as esperanças. “A esperança no renascimento da dignidade estimularia numerosas sublevações indígenas” (GALEANO, 1994, p. 55).

Em

1781, Túpac Amaru II (grande líder indígena inca)⁵ sitiou Cuzco, centro econômico, político e cultural da sociedade inca, que havia sido invadida, saqueada e tomada dos incas pelos espanhóis no ano de 1532.

Este cacique mestiço, descendente direto dos imperadores incas, encabeçou o movimento messiânico e revolucionário de maior envergadura. A grande rebelião explodiu na província de Tinta. Montado em seu cavalo branco, Túpac Amaru entrou na praça de Tungasuca e, ao som de lautas e tambores, anunciou que condenara à forca o corregedor real Antonio Juan de Arriaga, e determinou a proibição da *mita* de Potosí (GALEANO, 1994, p. 55).

Túpac Amaru II resolveu alimentar-se e alimentar o seu povo com o elixir da esperança por onde passava, mudando seus olhares que, desde a chegada dos colonizadores estiveram dirigidos ao espantoso vazio da morte. Foi uma tentativa corajosa de arrancar a estaca da ambição ali fincada. Ao se rebelar contra o império colonial tentava se agarrar à ponta de um fio de vida. Entre vitórias e derrotas, Túpac Amaru II arrebatou milhares de seguidores, prometendo-lhes que, “quem morresse na guerra sob suas ordens ressuscitaria para desfrutar as felicidades e as riquezas de que tinham sido despojados pelos invasores” (GALEANO, 1994, p. 56).

Capturado sob os laços da traição, mas não com a alma derrotada, Túpac Amaru II preferiu a “fidelidade do silêncio” a delatar seus cúmplices. Simplesmente, quando interrogado respondeu: “Aqui não há mais cúmplices além de mim e de ti; tu, como opressor, e eu como libertador, merecemos a morte”. Aos olhos dos seus torturadores ele não era apenas um corpo, mas uma ameaça ao sistema de intensa exploração e

acumulação capitalista. Realmente, Amaru não era penas um corpo, na cosmologia do seu povo era

pessoa, deitava raízes profundas no passado que o antecedeu, “era um ser que trazia a natureza na alma e um nó de relações de parentesco e afeto” com o mundo ancestral e natural (BETTO, 2013, p.178). Foi assassinado, mas não deu aos algozes o direito de conhecê-lo, pois não mereciam.

Outros mártires da resistência povoam a memória trazida pelo autor em “As veias abertas da América Latina”. Dentre eles são apresentados: o cacique Astorpilco descendente dos incas, que em 1802 recebeu a visita do cientista Humboldt; os mexicanos Hidalgo e Morelos. Miguel Hidalgo, que até os 50 anos tinha sido um pacato homem rural, um belo dia bateu os sinos da igreja de Dolores, concitando os índios a lutar por sua libertação.

Num ato de recusa ao abraço do silêncio e da anulação completa de suas vidas, esses líderes vociferaram e agiram com intensidade. Pensamos nas marcas de resistência e enfrentamento ao colonialismo que esses líderes deixaram na memória da América Latina e do mundo, sem esquecer que a memória tem sua própria versão dos fatos. Galeano resgatou parte dessa memória. O tempo e o espaço latino americanos do presente têm sua própria consciência do passado colonizado. “Memória que foi se gravando à medida que o tempo avança” (ITARÄNTA, 2015, p. 103).

Percepção do colonizador diante do colonizado que recusa a colonização

Na opinião de Memmi (1977), pouco importa ao colonizador o que o colonizado verdadeiramente é. Importa mais ao colonizador anular - o quanto antes - a identidade do outro, a partir do momento do encontro e das relações de subjugação que vão se estabelecendo. Ancorado nessa política, o território colonial foi sendo conquistado através da tática de inculcar deliberadamente “o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (CÉSAIRE apud FANON, 1968, p. 25), nos milhões de homens, mulheres e crianças das terras invadidas.

Longe de querer aprender o colonizado em sua realidade, o colonizador se preocupa em fazê-lo sofrer essa indispensável transformação. [...]. O colonizador nega ao colonizado o mais precioso direito reconhecido à maior parte dos homens: a liberdade. As condições de vida feitas para o colonizado pela colonização não levam em contra de nenhuma maneira, nem sequer a supõem. O colonizado não dispõe de saída para deixar seu

estado de infortúnio: nem saída jurídica (a naturalização) nem de saída mística (a conversão religiosa): o colonizado não é livre para decidir se é colonizado ou não colonizado (MEMMI, 1977, p. 112-123).

Diante da impossibilitado de ser do colonizado, seguimos com o questionamento de Memmi (1977), que pergunta: o que resta então ao colonizado fazer? Ao sujeito colonizado resta à revolta. A vontade de viver sua outra vida que foi arrancada pelo algoz colonizador é latente. É perene, convoca-lhe a não ser o que é, e a ser o que não tem sido, gritando ao retorno, ao salvar-se do exílio de si mesmo. Revoltar-se é tentar conduzir os passos na direção daquele ser livre dantes, pois nele reside sua verdade como pessoa. “Não podendo abandonar sua condição em acordo e comunhão com o colonizador, tentará libertar-se da colonialidade por meio da revolta” (MEMMI, 1977, p. 168).

Conforme Quijano (2005), no projeto colonial o critério racial andou a par com a forma de produzir. Todo o construto narrativo de inferiorização racializada sobre os povos não europeus justificou o uso desses como mão-de-obra escrava para produzir riqueza nas minas e mais tarde nas lavouras de cana-de-açúcar. O “rei açúcar”, como denomina Galeano (1994), “trazia na sua doçura o amargo da escravidão de milhões de homens e mulheres africanos”. Esse pesquisador ao explicar sobre a colonialidade do poder na América Latina, Quijano juntamente com outros da mesma linha pós colonial como Wallerstein (1992); Cajigas-Rotundo (2007) afirmam que as Américas não foram incorporadas dentro de uma já existente economia mundial capitalista; pelo contrário, não haveria uma economia capitalista mundial sem a existência das Américas.

A acumulação de riqueza extraída da América com a mão de obra escrava, possibilitou que a Europa desenvolvesse um repertório de invenções de instrumentos tecnológicos de dominação da natureza e dos povos fora do continente, e utilizasse essas tecnologias na construção do que se passou a chamar de sistema-mundo capitalista e a Revolução Industrial. Para Assis (2014),

A expansão colonial iniciada no século XVI, com as grandes navegações e o “descobrimento” das Américas – posteriormente incrementada com o neocolonialismo do final do século XIX, que promoveu a repartição da África e Ásia – é vista, nessa abordagem, como condição *sine qua non* para a existência e a manutenção do capitalismo industrial-mundial (ASSIS, 2014, p. 613).

A partir da “descoberta” da América a Europa se colocou como o centro do Mundo não apenas no sentido geográfico, mas também histórico. Se auto concebendo dessa forma, lança seu projeto civilizador do *velho mundo* sobre o mundo não europeu,

denominado agora de *novo mundo*, habitado por povos considerados bárbaros. Dussel (1993) lembra

que de bárbaros os europeus passaram a civilizados e centro do mundo. Emerge nesse contexto a “invenção da América” (BOTELHO, 2013, p. 197), espaço produtivo da riqueza aurífera e depois do açúcar.

O espaço do açúcar se tornou um híbrido de tempos, com feições complementares de três idades históricas distintas - mercantilismo, feudalismo, escravatura - ajustavam-se numa só unidade econômica e social, e o mercado internacional estava no centro da constelação de poder que o sistema de plantações desde cedo integrou. Empregando um termo utilizado por Milton Santos (2006), no espaço geográfico da economia açucareira há mistos e híbridos⁶ em suas formas e conteúdos.

A proposta “forma-conteúdo” de Santos (2006), para demonstrar como se dá a hibridez do espaço, nos ajuda pensar o modo operacional do sistema capitalista colonial. A cada evento, a forma colonização se recria. Assim, a forma conteúdo (colonização) não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas, como conteúdo. Ela significa que o evento (capitalismo), para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada e que se realizem as funções de que é portador. No caso da produção/exploração/escravista colonial agrícola, a implantação dos engenhos de açúcar e o tráfico de mão de obra no triângulo continental - Ásia, África e América - foi a forma seguinte que o capitalismo engendrou para auferir lucros no segundo momento econômico da colonização.

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006, p. 66).

O autor constrói esta explicação como parte do argumento em defesa da ideia que a análise geográfica não deve separar natureza de cultura. A noção de forma-conteúdo constituinte do sistema capitalista é também uma estrutura e, portanto, deve ser abordada como realidades “mistas” e contraditórias de objetos e de relações que não podem existir separadamente. Os mistos são inerentes ao espaço do projeto colonial no “novo mundo”. O mesmo se constituiu de um conjunto inseparável de subsistemas de exploração - da natureza e da mão de obra nas minas e nas lavouras - coadunados pela lógica de espoliação por meio da violência.

Dentre as várias conformações da colonialidade do poder na América Latina, a de apropriação da terra se territorializa pelas formas hegemônicas de se produzir nela e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa

“o aniquilamento de modos autóctones de convívio com o meio ambiente, bem como
a

perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios” (ASSIS, 2014, p. 615). Nas “veias abertas da América Latina” a estrutura combinada da plantação funcionava – e assim ainda funciona também o latifúndio – como um filtro projetado para a evasão das riquezas da região.

Galeano descreve um exemplo da paisagem de exploração/degradação a partir da submissão das terras ao sistema agroexportador:

Os incêndios, que abriam a terra para os canaviais, devastaram as matas e com elas a fauna; desapareceram os veados, os javalis, os tapires, os coelhos, as pacas e os tatus. O tapete vegetal, a fauna e a flora foram sacrificados, nos altares da monocultura, à cana-de-açúcar. A produção extensiva esgotou rapidamente os solos (GALEANO, 1994, p.77).

“O açúcar era o punhal”, o império assassino. “Edificar sobre o açúcar é melhor do que edificar sobre a areia?”, perguntava Jean-Paul Sartre em 1960, em Cuba. A ocupação predatória - antes com mineração e depois com o açúcar - foi o modo efetivo do colonizador fazer o espaço existir, pois até a sua chegada, no imaginário europeu nada existia nesse lugar, tudo estava por criar, construir, ou seja, “era preciso inventar o lugar”.

Emerge desses atos de dominação da natureza pelo colonizador a imagem do bravo homem que chega bondosamente para livrar das trevas seus colonizados. Portanto, para iluminar o “novo mundo descoberto” fazia-se necessário negar a história e as culturas dos povos colonizados. “O que havia sido construído em pouco menos de dez mil anos foi aniquilado em menos de cem anos, soterrado em mais de 250 anos e negado em meio milênio de terror e morte” (SOUZA, 2009, p. 38).

A subjetivação desse processo segundo Memmi (1977), assim se dá: de início o colonizado se afirma, se reivindica com paixão. Mas com o passar do tempo, diante de tanta negação começa se perguntar: quem é ele? Então passa a se perceber que não é o ser humano em geral portador de valores universais, comuns a todos os humanos. Sente-se cada vez mais excluído da universalidade tanto do espaço da linguagem quanto dos demais espaços: econômico, social, cultural, etc. Quando se dá conta da descoberta do horizonte de liberdade há muito dele arrancado, o colonizado se subleva e passa a rechaçar com desprezo as territorialidades do colonizador, a exemplo das várias revoltas ocorridas na América Latina, exemplo de Cuba, Haiti, Brasil, Peru, México, etc. que vão do período da mineração até a exploração do açúcar.

O colonizado - principalmente o diaspórico⁷ africano na América - foi arrancado de

seu passado e bloqueado em seu futuro, suas tradições agonizavam. Nessa desterritorialização ele descobre cedo ou tarde que a sua condição não é uma ilusão e exige

uma ruptura: partir ao encontro de sua liberdade e por ela lutar contra toda e qualquer adversidade, até mesmo contra as forças militares do império colonial como ocorreu na colônia portuguesa do Brasil em que,

os escravizados quilombolas organizaram o reino negro dos Palmares, no Nordeste brasileiro, e vitoriosamente resistiram, durante todo o século XVII, ao assédio de dezenas de expedições militares que holandeses e portugueses enviaram, uma atrás da outra, para abatê-los. As investidas de milhares de soldados nada podiam contra as táticas guerrilheiras que, até 1693, tornavam invencível o vasto refúgio. O reino independente de Palmares – convocatória à rebelião, bandeira da liberdade – estruturara-se como um estado, “à semelhança de muitos que existiam na África no século XVII” (GALEANO, 1994, p. 103).

A fuga e a construção de territórios livres foi também uma fuga da morte social, a qual o sistema colonial escravista submetia os dominados. Com o nascimento de Palmares, renasciam aqueles primeiros habitantes palmarinos, recriando um novo mundo. Foi um mundo africano reinventado no Brasil pelos negros fugitivos. Quilombolas - crioulos e africanos de identidades étnicas e procedências diversas - forjaram um mundo próprio para viverem sua liberdade. Recriaram culturas e organizaram-se militarmente para combater os invasores. Estabeleceram igualmente suas práticas econômicas para garantirem sobrevivência. Conforme Gomes (2004) foi pungência deste espaço social original que assustou sobremaneira grandes fazendeiros e autoridades lusitanas.

No espaço das “Veias abertas da América Latina”, as letras que assinalam mudança ficam presas às formalidades, não se tornam vivas, são fantasmas, abole-se a escravatura, mas a venda de camponeses para outras fronteiras de produção e escoamento de riquezas continua, exemplo para o ciclo da borracha na Amazônia e mais tarde para os garimpos e extração de madeiras, da mesma forma que o latifúndio permanece improdutivo e monocultor, contrastando com a fome.

“O latifúndio multiplica as bocas, mas não os pães”, diz Galeano (1994, p. 158). Na América Latina permanece instalada a demanda por terra para produzir alimentos em contraposição à lógica de colonialidade da monoprodução agroexportadora. A saída reside na Reforma Agrária. Mais uma vez as letras apresentam dezenas de projetos gordos, magros, largos, estreitos, que dormem nas estantes dos parlamentos de todos os países latino americanos. Segundo Galeano (1994), a reforma agrária já não é um assunto maldito: os políticos aprenderam que a melhor maneira de não fazê-la consiste em não parar de falar nela. No entanto, as exceções começaram a pedir passagem, a partir do século XIX México, Guatemala, Bolívia, Cuba, Venezuela, Peru, Nicarágua passaram a

viver a experiência de distribuição mais justa da terra, contrariando interesses da colonialidade econômica que entra no século XX trazendo uma nova demanda energética: a dos biocombustíveis, e recoloca a monocultura da cana-de-açúcar na centralidade dos interesses econômicos das economias cêtricas. Conforme Assis (2014), a ocupação territorial da monocultura de cana para produção de agrocombustíveis é resultante de uma colonialidade na apropriação da natureza que ativa permanência de um padrão de poder com traços colonialistas, que continuamente se revigora, se modifica e se reatualiza, buscando manter a exploração dos territórios.

Na leitura Galeano (1994) o subsolo também produz golpes de estado, revoluções, histórias de espionagens e aventuras na floresta amazônica. No Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castelo Branco, assaltante do poder em 1964, amavelmente as cedesse à Hanna Mining Co. O autor trás as metáforas dos “dentes de cobre sobre o Chile e os dentes de ferro sobre o Brasil”, bem como fala dos mineiros do estanho na Bolívia, e ainda do petróleo – ouro negro - como a maldição, e sua façanha do lucro para o grande capital nos territórios de países como a Venezuela.

Sobre a construção dessa paisagem da colonialidade econômica Assis (2014) explica que o arranjo de poder que a constitui, a constitui porque,

No capitalismo atual, o econômico tem se emancipado da submissão ao político e se transformado na instância diretamente dominante que comanda a reprodução e evolução da sociedade (Amin, 2001). O processo de concentração e centralização dos capitais extrapola, assim, a esfera de controle dos Estados-nacionais e, por meio da ação das corporações transnacionais, expande a ocupação territorial do capital (ASSIS, 2014, p. 620).

Vitte (2006) pensando com Boaventura de Souza Santos (2002), para apontar que a globalização econômica é dominada pelo sistema financeiro e por investimentos em escala global que desregulam as economias nacionais e debilitam o poder político dos estados nacionais e de escalas públicas menores. Nesse sentido do esvaziamento político, Santos (1998, p. 12) aponta que “o processo de globalização cria uma sociedade mundial complexa em redes sobre territórios, porém sem uma função política, sem atingir o status de uma sociedade política”. Por seu turno Aráoz (2013) percebe a política nos processos de disputas territoriais,

En las dos últimas décadas, la lucha por la disposición de los territorios se ha tornado en un eje fundamental de los procesos políticos en curso.

Considerando que el análisis y la interpretación de estos conflictos - sus contenidos, alcances, implicaciones y los sentidos políticos de las disputas en proceso - constituye un campo de investigación clave y um desafío estratégico tanto para las ciencias sociales de raíz crítica como para los movimientos sociales con vocación emancipatoria en la región y en el mundo (ARÁOZ, 2013, p. 118).

Autores como Ortner (1995) e Scott (1985 e 2003 [1990]) advertem para o cuidado em não se tomar como atos políticos somente aquelas atividades explicitamente declaradas ou que explodem em momentos excepcionais, pois segundo suas opiniões há um imenso território político entre a submissão e a rebelião, e que são entornos políticos das classes subalternas⁸. Santos (1998) destaca como exemplo sobre os conteúdos políticos as novas horizontalidades, com denso teor político e cita o movimento camponês no Brasil, que “passou do consumo meramente econômico para o nível de consumo político”. Essas iniciativas são construídas na base da sociedade territorial e atuam como resistências políticas e alternativas às formas perversas de territorialidades da globalização.

Considerações finais

Constata-se que na fronteira entre a construção técnica e a literatura, a materialidade e a sensibilidade o autor trabalha a palavra escrita com a qual ele “cria imagens em forma de narrativas” sobre a espacialidade da exploração colonial no continente latino americano.

Em “As veias abertas da América Latina” Galeano expressa vontade de ver a América Integrada sob a inspiração do sonho de Simón Bolívar, no entanto, teme que essa integração seja “sob a bandeira listrada e estrelada”. Sua preocupação quanto a uma integração subalterna ao “império do norte” como ele chama é pertinente. Para isso o mesmo apresenta um repertório de argumentos, convergindo para a colonialidade do poder, mas relacionado ao eurocentrismo, enquanto que a preocupação de Galeano é com os Estados Unidos, pois em sua opinião, uma legião de piratas, mercadores, banqueiros, *marines*, embaixadores e capitães de empresa norte-americanos, ao longo de uma história perversa, apossaram-se da vida e do destino da maioria dos povos do Sul, e que atualmente também a indústria da América Latina “jaz no fundo do aparelho digestivo do Império”. “Nossa” união faz a “sua” força, na medida em que os países, ao não romperem previamente com os moldes do subdesenvolvimento e da dependência, integram suas respectivas servidões.

Essa constatação que incomoda o autor é percebida principalmente nos arranjos geoeconômicos no pós-segunda guerra mundial, com as várias iniciativas de integração da

América, sempre na perspectiva de servir aos interesses do mercado internacional em detrimento dos interesses internos.

Das tentativas iniciais de integração como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e o Mercado Comum Centro-Americano, passando por acordos comuns sub-regionais como Pacto Andino e Mercosul, a inspiração que tem sido favorecido é a do mercado mundial, capitaneado pelos Estados Unidos. Conforme Porto- Gonçalves (2006), Simón Bolívar já o pressentira quando convocara, em 1826, exatamente para o Panamá uma primeira reunião entre Estados que acreditava irmãos e o “fazia em contraponto à Doutrina Monroe (1823), que buscava uma integração sob a hegemonia estadunidense” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 44). A proposta do líder venezuelano visava estancar a sangria das “veias” da América Latina.

Transcorridos quase dois séculos da proposta de integração latino-americana pensada por Simón Bolívar, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA é a mais nova expressão das forças da colonialidade do poder econômico, numa clara evidencia de que as “veias da América Latina” continuam abertas, sem nada no horizonte que possa apontar para seu fechamento, confirmando a profecia bolivariana de que “nunca seríamos felizes, nunca”!

Notas

¹ Galeano, como é mundialmente conhecido nasceu em Montevideú, 3 de setembro de 1940 – Montevideú, e faleceu em 13 de abril de 2015. Foi um jornalista e escritor uruguaio. É autor de mais de quarenta livros, que já foram traduzidos em diversos idiomas. Suas obras transcendem gêneros ortodoxos, combinando ficção, jornalismo, análise política e História.

² Quijano (1997) cunhou o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização. Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno.

³ Conforme Dussel (1993), semanticamente a palavra modernidade tem ambigüamente dois conteúdos: 1. Por seu conteúdo primário e positivo conceitual, a modernidade é emancipação racional. Esta no sentido de “saída” da imaturidade através de um esforço da razão como processo crítico, que abre a humanidade a um novo desenvolvimento histórico do ser humano. 2. Mas, ao mesmo tempo, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a modernidade é justificação de uma

práxis irracional de violência. Exemplo: a civilização moderna se autocompreende como mais desenvolvida, superior (p. 185).

⁴ A ideia de raça é, literalmente, uma invenção. Não tem nada a ver com a estrutura biológica da espécie humana. Quanto aos traços fenotípicos, estes se encontram obviamente no código genético dos indivíduos e grupos e nesse sentido específico são biológicos. Contudo, não têm nenhuma relação com nenhum dos subsistemas e processos biológicos do organismo humano, incluindo por certo aqueles implicados nos subsistemas neurológicos e mentais e suas funções. Ver Jonathan Mark (1994) e Aníbal Quijano (1999b) (QUIJANO, 2005, p. 142).

⁵ Túpac Amaru II (Surimana-Canas, Cusco, Vice-reino do Peru, 19 de março de 1742 - Cuzco 18 de maio de 1781), nascido José Gabriel Condorcanqui Noguera, foi um líder indígena peruano. Conduziu a maior rebelião anticolonial da América no século XVIII - a chamada *Grande Rebelião* -, que teve lugar no Vice-reino do Rio da Prata e no Vice-reino do Peru, iniciada em 4 de novembro de 1780, com a captura e posterior execução do corregedor Antonio de Arriaga. Embora a revolta não tenha tido sucesso, Túpac Amaru II acabou por se tornar uma figura mítica, inspirando inúmeros movimentos pela independência do Peru, bem como a luta pelos direitos dos povos indígenas

⁶ Para Santos (2006), os mistos e híbridos são um conjunto de objetos e de normas. Tais seres intermediários, como os autómatos, não pertencem à arte nem à natureza e se incluem no mundo dos seres acidentais, diverso do mundo dos seres naturais (Ph. Queau, 1987, p. 8).

⁷ Diaspórico é o sujeito que se encontra dentro da diáspora, termo que inicialmente refere-se à dispersão judaica devido à perseguição política e étnica. Foi utilizado por Stuart Hall para definir também a dispersão dos negros caribenhos, cuja metáfora de principal correspondência encontra-se no Velho Testamento, na libertação do povo judeu por Moisés.

⁸ O sujeito subalterno na definição de Spivak (2010, p. 12) é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Referências

ARÁOZ, Horacio Machado. 2013. Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial: Las paradojas de NuestrAmérica en las fronteras del extractivismo. REBELA, v. 3, n. 1, out. p. 118-155.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. 2014. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, Set./Dez. p. 613-627.

BETTO, Frei. 2013. Aldeia do silêncio. Rio de Janeiro: Rocco.

BOTELHO, Maurilio Lima. 2013. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 34, jul./dez. p. 195-230.

BRUM, Eliane. 2016. A casa é onde não tem fome. Buenos Aires: El País.

-
- DUSSEL, Enrique. 1993. 1492 O encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”. Petrópolis – RJ: Vozes.
- FANON, Frantz. 1968. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GALEANO, Eduardo. 2010. As veias abertas da América latina. São Paulo: L&PM. Tradução: Sérgio Faraco. Disponível em <http://www.lpm.com.br/livros/Imagens/veiascon.pdf>. Acesso em: 08/08/2016.
- ITARANTA, Emmi. 2015. Memórias da água. Rio de Janeiro: Galera Record.
- LANDER, Edgardo. (org.). 2005. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.
- LIMA, Angelita; CHAVEIRO, Eguimar Felício. 2016. Livros nas prateleiras, verbos no chão: aproximações entre geografia, literatura e existência. In: CHAVEIRO, E. F. et. All. (org.). Espaço, sujeito e existência. Goiânia: PUC. p. 51-68.
- MEMMI, Albert. 1977. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- NAVARRETE, Julio Mejía. s/d. Colonialidad y des/colonialidad en América Latina: elementos teóricos. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima, Peru.
- PORTO-GONÇALVERS, Carlos Walter. 2006. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgraJia*-Ano VIII -N. 16. p. 41-55.
- QUIJANO, Aníbal. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO.
- SANTOS, Milton. 2006. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, Milton et. All. 1998. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec.
- SOUZA, Márcio. 2009. História da Amazônia. Manaus: editora Valer.
- VITTE, Claudete de Castro Silva. 2006. Integração, soberania e território na América do Sul: um estudo da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana). *Terra Livre*. Ano 22, v.2, a. 27, jan-dez. p. 31-48